

Rev.

206
206

V.

15953
H

N.º 1

Periodico mensal

Anno I

DIRECTOR: **Paulo Cancellia**

REDACTOR: **Augusto Ribeiro**

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO NO
CENTRO COLONIAL
75, Rua Augusta, 1.º D.

Composição e impressão no
CENTRO TYPOGRAPHICO COLONIAL
Largo da Abegoaria, 27 e 28

PROPRIETARIO o **Centro Colonial**

BOLETIM

DO



Centro Colonial

DE

LISBOA

(Associação de Classe)

LISBOA — 15 DE ABRIL DE 1909

ASSIGNATURA

Anno 2\$400 réis

Gratis para os socios do
CENTRO COLONIAL

Toda a correspondencia deve ser dirigida ao *Centro Colonial*, 75, R. Augusta, 1.º D.

ANNUNCIOS

Meia pagina..... 1\$500 réis
Uma » 2\$500 »

Por anno:

Meia pagina..... 12\$000 réis
Uma » 18\$000 »



O Boletim do Centro Colonial

O *Centro Colonial*, associação de classe, foi fundado em 28 de março de 1899 pela iniciativa de um grupo de agricultores, proprietários, negociantes e industriaes da Africa Occidental, que teve um acolhimento na verdade sympathico. Visava a nova associação a defender os interesses ligados á exploração agricola, commercial e industrial das colonias portuguezas. O momento era opportuno. Havia-se assegurado a partir de 1898 a politica do fomento colonial e a alta administração reduzia a programma de governo a elaboração e a realisação de um concertado plano de desenvolvimento das provincias ultramarinas e lançavam-se os primeiros fundamentos dessa obra necessaria ao conveniente aproveitamento dos recursos naturaes dessas provincias, creando incentivos, assentando bases de protecção e de auxilio, determinando inqueritos indirectos, convidando collaborações, procurando attrahir concursos, concitando esforços que facilitassem a obra governativa patrioticamente idealisada. A essa acção do governo deveria corresponder uma acção concentradora de todas as dedicações sinceras dos interessados no desenvolvimento das colonias, afim de que a collaboração desses elementos podesse unificar-se, que o mesmo seria que disciplinar-se e habilitar-se a um auxilio util, conveniente e sobretudo opportuno.

Não está muito nos nossos habitos esta concentração de esforços e esta unificação de trabalho; no entretanto, o *Centro Colonial* nos dez annos decorridos sobre a sua fundação, procurou desempenhar-se da sua missão estudando as questões,

examinando um a um os factos occorrentes e importando á questão colonial, dirigindo ao governo as suas representações justificadas e documentadas e obtendo soluções que, em grande parte, satisfizeram a razão que lhe assistia e com ella o patriótico intuito que o inspirava. No entretanto os problemas foram-se accumulando, as soluções, mercê de antagonismos suscitados pelo conflicto de interesses da metropole com os das colonias, foram-se tornando lentas, porque eram difficeis e complicadas. A unificação do estorço de defesa por parte dos coloniaes tornou-se mais difficil e assim a acção do *Centro Colonial* teve de ressentir-se dessa influencia e de affrouxar. Depois o systema de representação, para ser efficaz, careceria de ser fortemente apoiado na opinião, e o que é facto é que a opinião em Portugal ainda é muito refractaria a acceitar todos os indicadores determinativos de uma resoluta acção colonial, sobretudo porque está mais na nossa indole e temperamento, e talvez mesmo na nossa educação, vêr de preferencia as questões atravez os homens, do que vê-las atravez os principios.

D'aqui resulta ser indispensavel que toda a obra de reivindicações coloniaes seja principalmente assegurada por uma activa e diligente obra de propaganda, que, devemos confessar, tem sido feita devotadamente na imprensa, mas que precisa ser completada pela cooperação, menos theorica decerto, mas com segurança, mais pratica e porventura mais dominadora, dos interessados em cada um dos ramos da vasta exploração colonial, na legitima defesa dos seus interesses. Mas esta propaganda, por assim dizer subsidiaria, para ser util precisa ser o resultado do estudo, do trabalho e do patriotismo do maior numero, carece de ter um orgão na imprensa, que attrahindo uns pelo incitamento dos seus deveres, tenha prestigio para valer perante os outros pela auctoridade adquirida no cumprimento dos seus. E' a este objectivo que visa o *Boletim do Centro Colonial*, moldado em publicações congéneres do estrangeiro, que tem hoje um logar primacial entre todas as publicações de propaganda colonial. Elle procurará ser alguma cousa mais do que um defensor dos interesses coloniaes, pois terá em principal cuidado ser o opportuno conselheiro dos agricultores, dos industriaes, dos negociantes, prestando-lhes informações, indicando-lhes processos de exploração reconhecidos e garantidos como vantajosos, fornecendo-lhes, emfim, todos os elementos possiveis para bem se orientarem.

O *Boletim do Centro Colonial* será, antes de tudo e acima de tudo, uma revista de propaganda colonial, alheia a toda e qualquer preocupação politica, inteiramente inspirada nos principios, n'uma acção absolutamente pacifica, defendendo direitos sem protrahir deveres, sempre animado n'um espirito

leal de conciliação de todos os interesses que se agitam em torno do problema colonial, não só entre nós mas em todos os paizes coloniaes. Procurará desfazer pessimismos, de que muitas vezes resultam más vontades, hesitações ou receios nas soluções dos diversos assumptos interessando as colonias. E n'esta campanha, que é necessaria, elle dirá a verdade toda, porque, por mais dura que ella possa parecer, nem por isso deixará de ser verdade. Mas para que o *Boletim do Centro Colonial* se possa manter á altura da sua missão é necessario que ella seja o interprete consciente e forte do maior numero, porque se a sua obra fôr indifferente aos que teem o dever de a sustentar, ella será fraca e por isso completamente theorica e inevitavelmente fraca. O *Centro Colonial* deseja e quer entrar em vida nova, reergue a sua bandeira patriotica, faz um appello aos collaboradores e coooperadores dispersos pelo desalento ou pela indifferença para que della se acerquem, compenetrados do seu dever e conscios do seu direito. E se o appello encontrar echo nos seus animos esclarecidos e devotados, o *Centro Colonial* ha-de exercer o seu direito e cumprir o seu dever a toda a altura da sua nobre missão.

15 abril de 1909.

JOÃO DE AFRICA.

Assumptos coloniaes

Serviçaes da Zambezia

Dizia, ha dias, o *Diario Popular* que, segundo noticias da Zambezia, os habitantes de Quelimane vão representar ao governo pedindo que prohiba da Baixa Zambezia a emigração para o Rand e para S. Thomé, devendo apenas ser permittida da Alta Zambezia.

O Centro Colonial, logo que teve conhecimento d'esta noticia, empregou logo todos os seus esforços para remover quaesquer difficuldades que se pudessem reflectir na emigração para S. Thomé, apresentando um alvitre segundo o qual todo se concilia sem dar logar a reclamações.

Não é necessario que a emigração se faça de toda a Zambezia. Basta-nos a Villa, Maganja da Costa e pouco mais para nos fornecerem os serviçaes precisos. Não se assustem, pois, os donos dos outros prasos. Tudo se pode fazer sem prejuizo para elles e com vantagem para S. Thomé. Não queremos prejudical-os, mas tambem não devemos ser prejudicados por simples caprichos ou por más vontades injustificadas.

Pode a Zambezia fornecer serviçaes para S. Thomé sem prejuizo dos seus prasos? Pode. Não nos podem contestar isso.

Não ha, pois, razão alguma administrativa para impedir que lá se façam contratos.

Emquanto não se iniciou a emigração de collonos para S. Thomé e que só a havia para o Rand, todos estavam calçados, todos concordaram n'ella, mas, depois que ella prin-

cupiou para S. Thomé, é que principiaram a apparecer os inconvenientes e prejuizos para a agricultura local.

O patriotismo tem d'estas aberrações!

A forma humanitaria e carinhosa como os serviçaes são tratados em S. Thomé, ha de estabelecer e firmar a emigração para esta provincia.

Ganham os serviçaes no Rand maior salario, mas isso nada lhes aproveita porque pouco lhes sobra para levar para casa. Em S. Thomé ganham menos, mas sobra-lhes muito mais e chegam com elle a casa e até alguns o tem já mandado para as familias.

A emigração para S. Thomé é vantajosa para a Zambezia, para S. Thomé, para os serviçaes e para as suas familias.

Esperamos que as más vontades, que ainda existem na Africa Oriental contra ella, hão de ir desaparecendo.

O nosso cacau

Para esclarecimento e para tranquillidade de espirito dos productores de cacau relativamente ao procedimento dos chocolateiros inglezes, publicamos, com a devida venia, uma carta publicada, no dia 23 de março, pelo nosso collega o *Jornal do Commercio*.

Sr. Redactor :

Nos jornaes vieram ultimamente, quasi todos os dias, umas noticias e telegrammas sobre as decisões que tomaram os chocolateiros da Inglaterra, espalhados de fórma que o pobre proprietario de roça de S. Thomé podia receber hoje o susto do papão do sr. Cadbury, amanhã do sr. Fry, depois do sr. Epps e até do sr. Stollwerck, de Cologne.

De maneira que cada manhã, ao abrir os olhos, sorveria uma nova gota d'esse veneno, até ver a sua roça abandonada, por falta de quem lhe quizesse um bago de cacau.

Não sei se os taes correspondentes são só amigos delicados, que com pouco se assustam ou (nós temos visto tantos boatos falsos ultimamente) se estão obedecendo a informações interessadas. Em todo o caso convem examinar taes noticias e as suas consequencias.

São, effectivamente, os factos verdadeiros. O sr. William Cadbury voltou da sua viagem de inquerito a S. Thomé e Benguella, communicou o seu relatorio aos seus collegas Fry e Howntree e estas casas decidiram *por ora* de se absterem de comprar o nosso cacau.

O sr. Cadbury e os seus collegas não se devem confundir com gente como o famoso reporter de Harper Magazine, Mr. N., que, em Loanda, teve de fugir, porque os portuguezes, com medo que elle descobrisse todos os segredos da escravatura, quizeram matal-o deitando-lhe vidro esmagado na comida (e pena foi que não lh'o fizessem, pois o homem fez engulir tão infames mentiras aos seus leitores, que foi pena não engolisse aquelles vidros). Em S. Thomé, aonde elle parou um dia, descobriu como os fazendeiros fazem caça aos pretos fugidos, matando os que estão escondidos nas arvores com tiros, etc., etc.

Tambem o sr. C. não se parece com o sr. Pienaer, prisioneiro boer, o qual depois de ter sido tratado com todo o carinho pelo nosso governo, alistou a sua pessoa n'uma campanha de calumnias nos Estados-Unidos (sem effeito nenhum sobre o yankee pratico), contra o cacau da escravatura, sabendo-se aliás que nunca houve no mundo mais brutal escravatura do que a exercida pelos boers sobre os zulus e hotentotes.

O sr. Cadbury obedece a uma convicção de que é do seu dever combater a escravatura e sendo elle accusado pela imprensa e pelo publico inglez de que é vergonhoso para elle que a sua industria floresça sob a escravatura portugueza, quiz elle proprio averiguar tudo o que havia a esse respeito.

Não temos ainda presente o seu relatorio, mas pelo seu effeito se vê que foi desfavoravel. Sabemos que não encontrou falta alguma no tratamento dos trabalhadores em S. Thomé (e bem difficil seria que a encontrasse), mas é certo que achou no systema do recrutamento em Benguella e na falta de repatriação motivos para a sua decisão.

Podiamos dizer que o sr. Cadbury teria muita mais miseria a minorar no East End, de Londres, e que não precisava fazer uma viagem tão longa. Mas responde que não pode accudir a toda a miseria e as accusações que lhe fizeram tocaram-lhe mais de perto, e por isso foi examinar a origem d'ellas.

O que haverá agora? O governo já ha mais de um anno está trabalhando para pôr termo a abusos, que possam haver no recrutamento, e a eliminar todas as queixas que possa haver. Hoje já o recrutamento se faz na maior parte em Moçambique, de pretos que vão trabalhar nas minas do Transvaal, e em condições que os philantropos inglezes não encontrarão provavelmente nada a dizer contra. Eu pela minha

parte dou a minha palavra ao governo portuguez que preferiria trabalhar com maior gosto nas roças do marquez de Val-Flôr ou do conde de Boa Entrada, do que enterrar-me a 3:000 pés de profundidade n'uma mina de ouro. Tambem o recrutamento em Benguella é objecto de exame serissimo do lado dos roceiros e do governo.

O governo inglez, discriminando entre a campanha infame de mentiras de outros e a idéa para nós pouco agradável, mas em todo o caso surgindo de convicção do sr. Cadbury, fará o possivel para harmonizar as opiniões.

E tenho a convicção de que a decisão tomada por ora não será eterna, que se encontrará do nosso lado meio de provar a boa vontade e harmonizar o incidente. E' interessante observar o que fizeram os grandes chocolateiros inglezes antes de nos lançarem esta bomba. O sr. Epps raras vezes comprou de outra forma que no mercado de Londres, mas desde o principio de 1909 tem havido embarques muito maiores de cacau de Lisboa para Londres do que é costume e é de presumir que um grande numero de saccos entraram na sua fabrica. O sr. Cadbury que, ha mezes, não comprou (fiel á sua convicção) cacau de S. Thomé, comprou ultimamente muito cacau de Grenada e é devido a esta circumstancia que os leilões de Londres correram tão firmes, como ha de correr o que terá logar hoje.

O sr. Fry preveniu-se a tempo. Ainda ha dez dias recebeu 8:500 sacos de cacau, e receberá ainda 2:500 proximamente, contractado antes da decisão, de maneira que pode esperar os acontecimentos.

O sr. Stollwerck se adheriu foi unicamente por não poder esquecer-se da alta de cacau de ha dois annos, que elle então attribuiu á malvadez do roceiro e negociante lisbonense, o qual, conforme a idéa dos nossos adversarios, devia responder aos compradores que os inundam de ordens:

«Meu caro sr. V. offerece-me 6\$000, 6\$500 e 7\$000 mas veja lá, isso não é serio. Isso pode prejudicar os negocios e produzir uma queda depois. Dê-me 5\$000 ou 5\$560 e seja pelo amor de Deus. Mais não quero. O que desejo é que V. esteja contente, mesmo se só aufera 2 0/0 e 3 0/0 de meu capital empregado em Africa.»

O sr. Stollwerck que é allemão, e que é hoje um dos grandes fabricantes do mundo, não se orgulha de ser descendente de uma linha de grandes aristocratas de phylantropia, como são os srs. Cadbury & Fry, nem precisa de satisfazer a opinião publica na Allemanha.

A Allemanha pode ter outros defeitos, mas não soffre nem de «cant» inglez nem de uma hypocrisia christã, frequente na Inglaterra, e á qual são forçados a ceder hoje, em parte, os fabricantes inglezes.

Qual é, pois, a consequencia do grande «boycott»?

1.º — Este é feito por ora e deixa a porta aberta para negociações a encetar com Portugal, negociações a que nunca nos recusamos.

2.º — O grande «boycott» chega no fim da estação, depois da entrada da colheita e a collocação de toda ella, tendo agora nós dois mezes diante de nós, durante os quaes as entradas nem poderão satisfazer as vendas a descoberto, feitas sobre a base de 200 réis mais barato do que os preços reinantes, sem falarmos de compras importantes novas.

3.º — O «boycott» foi feito depois da maior parte dos interessados se terem prevenido em larga escala do cacau escravo.

Mas, suppondo que tudo isso não fosse assim, que não tivéssemos a registar estes factores favoraveis para nós e mais a diminuição enorme das existencias, as quaes no fim do mez não poderão atingir 50:000 saccos (todos já vendidos e que deverão sair no mez de abril) contra 120:000 no fim de janeiro de 1909 e 190:000 no fim de junho de 1908, pode alguem ter idéa do que o nosso cacau ha de agora apodrecer aqui por falta de compradores? O proprio «Gordian», orgão da chocolataria allemã, e que não se pode dizer que morra de amores por nós, está de accordo com que, se a producção tem augmentado muito, o consumo tem tambem augmentado enormemente, e completamente fóra da proporção da producção, e que hoje apesar de todos os novos terrenos productores, *como Kamerun, Accra, etc.*, o consumo excede a producção.

Portanto, se os fabricantes inglezes não quizerem mais do nosso cacau, com que contam fazer chocolate? Com o cacau da Bahia, Grenada, Accra etc. etc. E estas qualidades aonde foram até agora? Foram á mão de outros compradores, que, agora, para não fecharem as fabricas, são obrigados a comprar o desprezado cacau de S. Thomé.

De maneira que tudo o que se passa agora não é senão uma mudança de destino final do cacau, mais nada. Não venderemos um kilo a menos por causa de toda essa guerra. Pelo contrario. Os proprios Cadbury e Fry tem declarado tanta vez que não conhecem nenhum cacau, que venha agora tão bem curado, *tão igual* (o que para o fabricante é condição primaria) como o nosso.

Os novos compradores vão reconhecer immediatamente esta qualidade como a conheceram os antigos, e se não descuidarmos o tratamento do genero e se luctarmos para estabelecer uma base de preço, que não seja exagerada e que deixe viver tão bem o fabricante emquanto dá um lucro razoavel ao roceiro, não ha motivo para se assustar pelo futuro.

Quando o preço do cacau esteve em 7\$600 réis p. a. o sr. Cadbury & Stollwerck disseram que o valor de 80/ (6\$000

réis que foi então p. m. o. m.) seria um preço equitativo. Mas como nós ao tempo não recusavamos as ofertas de 7\$600, também não ficamos zengados quando o preço cahiu a 3\$500. Estavam no seu papel de comprar o mais barato possível. A Inglaterra, que ao mesmo tempo que tem qualidades muito mesquinhas, possui em proporção qualidades muito largas, esqueceu-se dos preços altos e ficou satisfeita de comprar barato. Mas a Allemanha, que agora se encheu de cacau a preços que não deixam viver o roceiro, em vez de estar contente, continúa a dirigir-nos insultos prophylacticos pelo caso possível de que queiramos novamente pensar em preços mais remuneradores. Fez mais: A chocolataria, apesar de ter comprado ha muito tempo a materia prima entre 55 e 50 marcos, tem continuado a manter os preços de venda sobre a base de 70 a 80 marcos. Auferiu ao principio grandes lucros, mas depois resentiu-se o consumo por causa d'esta anomalia, estando agora os negocios na Allemanha muito mal, não devido aos criminosos portuguezes, mas aos bons fabricantes, que mettem na algibeira o que tinham provado ser para nós um lucro agiota e um rombo.

Aqui ninguem quer a especulação á alta, mas maior erro foi ainda o que se praticou ultimamente de, (com o medo de offender susceptibilidades d'estes cavalheiros) perder-se completamente a noção de que antes de podermos satisfazer os mais, precisavamos viver nós mesmos. O preço de 3\$500 3\$600, que regulou, devidos aos esforços *feitos aqui*, é um preço absolutamente impossível e não deve voltar. Os que trabalharem para elle se manter, ou o tem feito por serem enganados, ou por estarem commettidos na especulação á baixa, o que é para todos os effeitos o jogo mais pernicioso que possa haver, visto que, quando chega o momento de alguem se cobrir do que não possui, é necessario usar de todos os subterfurgios para desvalorizar o objecto. Quem é rico bastante para ter o genero no armazem sempre olhará para tudo com olhos optimistas. E se perder perde do seu e não faz desvalorizar o objecto para o seu lucro particular, ferindo centenas de outros interessados como faz o baixista.

Perguntamos o que é um valor razoavel de cacau? Pode-se encarar esta pergunta serenamente n'este momento, pois não ha existencias importantes nem ha comprimissos exagerados, que deem logar á especulação numa ou noutra direcção.

Somos de opinião que, contando nós com um cambio que, devido ás boas colheitas provaveis de 1909, não poderá peorar muito além de 45 e 46, o preço regular do nosso S. Thomé deve ser de 5\$000. Não é além do que a chocolataria estrangeira pode pagar sem receio de fazer mau negocio e deve deixar um lucro de 5 0/0 ao roceiro, o que não é decerto usura.

O que é necessario, se chegarmos a esse *disederatum* e quando venha uma epoca favoravel, que todos se convençam de que nós precisamos de uma chocolataria sã lá fora, assim como d'um lucro razoavel aqui. E que por este motivo, não nos deixemos arrastar numa especulação demasiada, tendo todos em vista que não poderá haver neuhuma grande alta que não tenha em si o germen de repressões immediatas. Que os roceiros e os exportadores se canvençam d'isso, que haja juizo e trabalho conjugado para não nos prestarmos nem ao jogo dos baixistas interessados, nem a incorrer novamente no odio longiquo dos fabricantes, e se continue com o maior cuidado o preparo do fructo, para não perdermos a boa reputação, que ha hoje da nossa agricultura colonial!

E o mais deixem ao criterio dos grandes roceiros, que juntamente com o governo farão o possivel para fazer desvanecer depressa esta pequena nuvem do «soi disant» «boycott» que deu logar a estas considerações d'este

De v. etc.

A. B.

Em 28 do mesmo mez publicou o mesmo collega uma nova carta sobre o mesmo assumpto, que por interessante e por completar os esclarecimentos da primeira, tambem publicamos.

E' a seguinte:

Sr. Redactor:

O seu jornal já trouxe esta semana uma extensa carta sobre a questão Cadbury. De então para cá tem apparecido varios artigos e observações em outros jornaes sobre o mesmo assumpto.

O que ha talvez a accrescentar ao que o seu correspondente observou, é o seguinte:

E' erro falar-se em influencia dos preços de cacau ou da formação da liga dos plantadores sobre a acção dos grandes fabricantes inglezes. Estes compraram o nosso cacau quando custava a 45 sh., 60 sh., 80 sh. e 120 sh., e agora tiveram muito prazer em comprar a 50 sh. Nunca se metteram, com os fabricantes allemães, na guerra contra Lisboa nem mesmo quando o preço tinha subido tanto como ha dois annos.

Emquanto á nossa liga dos roceiros, o que tem havido é uma influencia muito benefica sobre a regulamentação dos

preços; esta data de dois annos. O principio da campanha do sr. Cadbury e as suas primeiras visitas para este fim, nas quaes expuz o seu programma ao qual sempre adheriu, vão além de 4 annos!

Os preços aqui teem continuado muito firmes devido a um facto que ninguem pode esperar e que decerto se póde considerar como ephemero. Queremos falar da projectada elevação dos direitos da entrada sobre o cacau nos Estados-Unidos. A America em vista d'este augmento tem comprado talvez uns 90:000 saccos; ou sejam 30:000 em Hamburgo, 20:000 em outros paizes e 40:000 em Lisboa. A casa Henry Burnay & C.^a, que mandou vir um vapor directo para receber cacau ainda durante este mez, embarca n'elle agora uns 20:000 saccos, e a casa Otto Ziems uns 8:000 saccos. Se não se embarca não é por falta de ordens, mas por falta de qualidades proprias para aquelle paiz.

Apesar d'este movimento importante, o preço de fino só subiu de 4\$000 réis a 4\$100 réis. Os amaricanos, se o nosso commercio tivesse augmentado fortemente as suas pretensões, com facilidade teriam encontrado material mais barato em outros portos,

E a especulação, que se apoderou d'este negocio, teria sido morta immediatamente, se os preços tivessem sido mais de cem réis.

Referindo-me a estas transações convém muito tambem que ninguem exaggere o seu valor. A industria de todos os paizes — e incluindo a da America — não entrou nelles. São puramente de especulação, e os outros paizes como já dissemos. em vez de se deixar arrastar a comprar não se ficaram parados, mas venderam.

Assim é unicamente a impressão moral da subita diminuição das existencias aqui, e a situação por assim dizer limpa na qual teremos de encarar o mercado depois da epoca intermediaria de 2 mezes de receitas diminutas, que estão á porta.

Ha de pezar sobre os mercados o facto que uma vez terminada esta epoca excepcional, a America não figurar como compradora nossa durante um espaço de tempo consideravel, visto que terá de digerir o que agora adquiriu.

De v. etc.

Z.

Sobre o mesmo assumpto acaba o nosso presado collega e amigo Almada Negreiros, que em Paris está sempre na defeza dos interesses da patria, destruindo, com os seus des-

mentidos, quantas calumnias são inventadas contra nós; com fias bem transparentes, acaba de publicar *Presse Coloniale*, a seguinte carta:

«PARIS, 6 de abril de 1909. — Meu caro collega — Acabo de lêr no seu excellente jornal a traducção d'uma carta que o chocolateiro Suchard, de Londres, publicou, ha dias, no *Times*. Dirigi a esse jornal um novo desmentido ás invenções do chocolateiro Cadbury, o inspirador do sr. Suchard, desmentido que eu intitulei «Escravidão do cacau». Peço-lhe queira inserir esse documento que responde, creio, ás «accusações» do celebre philantropo negociante Bounville.

Eis a minha nota, inserta já em muitos jornaes inglezes:

«Recebemos um desmentido muito documentado ás accusações d'escravidão nas colonias portuguezas, que tiveram como resultado a pseudoboycottage actual do cacau de S. Thomé e Príncipe. Conforme as asseverações das pessoas bem informadas e dos viajantes de todas as nacionalidades, está averiguado, com effeito, que o regimen de mão d'obra recrutada em Angola para a colonia de S. Thomé, assenta em bases d'um grande humanitarismo. Nas plantações de cacau a mortandade dos pretos não é superior, annualmente, a tres por cento, ao passo que a dos brancos, na ilha de S. Thomé, attinge uma cifra cinco vezes maior. O caso commercial de boycottage de que se trata, conforme esse documento, acoberta-se, é evidente, com uma philantropia de mau gosto.

Os consumidores portuguezes de chocolate britanico responderão a esses ataques boycottando, por sua vez, o chocolate inglez, e, se tanto fôr preciso, os outros productos da mesma origem. (A casa Cadbury, ella só á sua parte, exporta annualmente para Lisboa, para mais de 2:500 libras sterlingas de chocolate). O procedimento leviano do chocolateiro britanico é, na verdade, contraproducente e pode prejudicar as boas relações moraes anglo-portuguezas. Difficulta, sem duvida, a conclusão immediata d'um tratado de commercio entre as duas nações e creou, já difficuldades ao engajamento annual de 100:000 pretos portuguezes de Moçambique, indispensaveis a exploração das minas do Transwaal. Essa «escravidão», pois, não existe, senão para servir os interesses dos chocolateiros».

*

«Accrescentarei que o sr. Cadbury, sempre previdente como philantropo, encheu os seus depositos com o cacau de S. Thomé antes de decretar essa boycottage, e que até mesmo esperou o final da colheita d'esse producto de S. Thomé para tomar a heroica decisão de que se vangloria, o que significa que se trata d'uma boycottage para rir. O preço do

cacau subiu em Lisboa no mesmo dia em que o sr. Cadbury fez publicar o seu «decreto» no *Times*.

E' conveniente que a opinião publica se inteire dos usos d'um commerciante desastrado, que não desdenha taes processos de... **reclamo**.

A. de Almada Negreiros.

INFORMAÇÕES

Actas do Centro Colonial em 1909 até 31 de Março

ACTA N.º 88

Sessão em 4 de Janeiro de 1909.

Pela 1 1/2 horas da tarde.

Presidente — Dr. José Paulo Monteiro Cancellia.

Secretarios — Francisco Mantero e Henrique José M. de Mendonça.

Thesoureiro — Antonio Ferreira Lima.

Vogal — Salvador Levy.

O sr. Presidente disse que tendo-se levantado difficuldades para os contractos de serviçaes na Zambezia, dava communição d'isso ao Centro para se resolver o que se devia fazer.

Foi resolvido pedir ao Ministro da Marinha, providencias immediatas para resolver este assumpto.

Resolveu-se tambem alcançar um donativo para as victimas sobreviventes dos tremores de terra em Italia, dirigindo-se

para isso o Centro aos roceiros pedindo-lhes cacau, para ser transformado em chocolate.

Foi encerrada a sessão pelas 2 ³/₄ horas da tarde.

ACTA N.º 89

Sessão em 17 de Fevereiro de 1909.

Pela 1 ¹/₂ horas da tarde.

Presidente — Dr. José Paulo Monteiro Cancellia.

Secretarios — Francisco Mantero e Henrique José M. de Mendonça.

Thesoureiro — Antonio Ferreira Lima.

Vogal — Luiz Virgilio Teixeira.

Lida a correspondencia e pedidos de demissão dos socios os Ex.^{mos} Srs. Conselheiro Dr. Eduardo Pinto da Silva e Cunha e conde de Caria.

O Sr. Presidente, leu o projecto do relatorio que foi approvedo, bem como as contas.

O sr. Francisco Mantero lembrou a conveniencia da publicação d'um boletim mensal em que se relatasse os trabalhos do Centro que são desconhecidos de quasi todos os interessados.

Esta proposta foi approveda, sendo o sr. Presidente encarregado de tratar da publicação, contractando para isso um redactor que julgue ser competente.

Foi lido um officio do continuo, Simão dos Santos, em que pedia para lhe ser augmentado o vencimento.

Foi esse vencimento augmentado para 15\$000 réis.

O sr. Thesoureiro disse que estando em atrazo de varios mezes, o sr. Fernando Catella de Miranda, lhe parecia que deveria ser riscado de socio.

Foi approvedo.

Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a sessão pelas tres horas da tarde.

ACTA N.º 90

Sessão em 20 de Março de 1909.

Pelas 12 horas da tarde.

Presidente — Dr. José Paulo Monteiro Cancellia.

Secretarios — Francisco Mantero e Henrique José M. de Mendonça.

Thesoureiro — Antonio Ferreira Lima.
Vogaes — Salvador Levy e Luiz Virgilio Teixeira.

Esteve tambem presente o Vice-Presidente o Ex.^{mo} Sr. Alfredo Mendes da Silva e o 2.^o Secretario o Ex.^{mo} Sr. Antonio Elyseu Lacerda de Macedo.

Lido o officio, já enviado, ao Ministro da Marinha ácerca dos serviços d'Alfandega de S. Thomé, pedindo providencias para que sejam melhorados.

Foi dito que a escripturação em S. Thomé, relativa á repatriação dos serviçaes, está um cahos porque recebem o dinheiro mas não teem aberto conta corrente especial com cada serviçal, a quem o dinheiro pertence, de modo que, se algum quizer ser repatriado não se sabe no cofre quanto elle tem a receber.

Resolveu-se pedir ao governo providencias sobre isto.

Foi tambem dito que, nem todos os roceiros teem entrado no cofre com o dinheiro da repatriação dos seus serviçaes.

Resolveu-se pedir ao governo que os obrigue a entrar coercivamente.

Estando a proceder-se ao estudo do Caminho de ferro para a Magdalena, resolveu-se pedir ao governo, que, logo que esse estudo terminasse, mandasse proceder ao do ramal d'esse mesmo Caminho de ferro da Trindade ao Abade.

Pelo sr. Presidente foi dito que continuando em Inglaterra a campanha contra o cacau portuguez, havendo até algumas casas suspendido as suas compras e sendo esta situação grave, desejava ouvir a opinião de cada um dos srs. Directores ácerca d'este assumpto afim de se resolver da nossa parte o que se deve fazer para convencer a opinião pública em Inglaterra de que os roceiros de S. Thomé não são negreiros, nem teem escravos, mas sim serviçaes livres e legalmente contractados, e por isso protesta contra a classificação de cacau-escravo, que alguns periodicos teem dado ao cacau de S. Thomé.

Depois de todos terem emittido a sua opinião resolveu-se pedir ao Ministro da Marinha a immediata reforma do decreto dos serviçaes e colonos para S. Thomé relativamente á fórma do engajamento e contractos em Angola.

Ha pouço foi elle alterado relativamente a S. Thomé. Não o foi então na parte referente a Angola por se esperar pelo relatorio do sr. Cid, que fôra encarregado de estudar esse assumpto.

Como este relatorio já foi, segundo se diz, entregue ao ministro, é agora a occasião opportuna para se reformar o

dito Decreto, afim de evitar qualquer motivo que possa dar logar a reparos ácerca dos contractos dos serviçaes.

Essa reforma deve satisfazer a opinião publica ingleza e acabar com a campanha contra o cacau portuguez.

Foi encerrada a sessão pelas 2 ¹/₂ horas da tarde.

AGENTES DE EMIGRAÇÃO

Moçambique

Effectivo — Mario Ferreira Pinto Bastos

Quelimane

Effectivo — Julio Botelho Moniz

» — João Theodoro de Bastos

Substituto — Celestino Fernandes Monteiro

Catumbella

Effectivo — Barão de Almofalla

» — Joaquim da Fonseca Costa

Substituto — Antonio Costa

Benguella

Effectivo — D. José da Camara Leme

» — Ignacio da Fonseca e Costa

Substituto — Francisco Xavier Ferreira de Souza e Castro

Novo Redondo

Effectivo — Joaquim Ferreira Marques

» — José Antonio Malta

Substituto — Paulo Plantier Martins

Loanda

Effectivo — Julio Verdades
 » — Luiz da Silva e Cunha
 Substituto — Guilherme Lima

Praia

Effectivo — José Antunes d'Oliveira
 » — Raul Barbosa
 Substituto — Alfredo Beirão

S. Vicente

Effectivo — Aurelio A. Martins

Bolama

Effectivo — Antonio da Silva Gouvêa

CAMBÍOS

A libra ficou em 31 de março a 5:340.

Media dos preços correntes dos generos coloniaes em Março

CACAU

S. Thomé e Príncipe	{ Fino	— 4\$100
	{ Paiol	3\$700-3\$800
	{ Escolha	2\$700-2\$000

CAFÉ

Cabo Verde	{ S. Thiago	4\$000-4\$200
	{ Ilha do Fogo	4\$000-4\$400
	{ Santo Antão	3\$900-4\$200

S. Thomé e Príncipe	{	Fino	4\$400-5\$000
		Paiol	3\$200-3\$600
		Escolha	1\$200-2\$500
Angola ..	{	Encoge	— 2\$350
		Cazengo	— 2\$400
		Ambriz	2\$400-2\$450

DIVERSOS ARTIGOS

<i>Azeite de palma</i>	1\$700	1\$750	por 15 kilos
» » <i>côco</i>	n. h.		
<i>Ginguba</i>	1\$000		
<i>Cera</i>		\$320	» 459 gr.

Gomma copal:

Branca fina	4\$200	4\$500	por 15 kilos
Amarella	6\$000	6\$500	» » »
Misturada	2\$600	2\$800	» » »
Ordinaria	\$800	1\$200	» » »
Miuda		1\$800	» » »
Preta	\$800	1\$200	» » »

Marfim:

Molle de lei	2\$000		por 459 gr.
» meão	1\$800		» » »
» escravelho	1\$400		» » »
<i>Coconote</i>	1\$100		» 15 k.
<i>Purgueira</i>	34\$000		» 1:000 »

Couros, Guiné:

Bons	\$430		por 1 kilo
Com defeito	\$370		» » »
Refugo	\$185		» » »
<i>Ditos, Cabo Verde</i>	\$370	\$380	» » »
<i>Ditos, Angola</i>	\$380	\$400	» » »
<i>Ditos, S. Thomé</i>	\$360	\$380	» » »
<i>Miolo de côco (copra)</i>	1\$300		» 15 kilos

Milho:

Cabo Verde	n. h.
------------------	-------

Aguardente de canna:

Cabo Verde	7\$500	12\$000	desp. 16 lit.
Loanda	10\$500		» » »

Almeidina:

Mossamedes	s. c.
------------------	-------

Mafureira:

Moçambique	\$045	por kilo
<i>Casca de Mangal</i>	30\$000	» 1:000 kilos

NOTICIAS

Governador de S. Thomé

Embarcou, no dia 1 de março, para S.^o Thomé, o sr. Governador da provincia, Vieira da Fonseca.

Não podendo, por causa do estado da sua saude, o sr. Dr. Paulo Cancellia, ir a bordo, foram feitas a S. Ex.^a, pelo sr. Francisco Mantero as despedidas em nome do Centro Colonial.

Vae S. Ex.^a animado da melhor boa vontade e muito temos a esperar da sua intelligencia e actividade.

Permitta-nos S. Ex.^a que lhe lembremos que é de urgente necessidade acabar com os roubos feitos pelos pretos fugidos e vadios, organisando-se para isso rusgas aos pontos onde se desconfiar que elles se escondem.

Governador da Provincia de Moçambique

Partiu, no dia 1 do corrente, para Lourenço Marques, o sr. Conselheiro Ferreira d'Andrade, illustre Governador geral da provincia de Moçambique.

Achando-se ainda doente o sr. Dr. Paulo Cancellia, presidente do Centro Colonial, foram em nome do Centro, feitas as despedidas a S. Ex.^a pelo secretario, sr. Francisco Mantero.

Vimos com muito prazer que o sr. Ferreira d'Andrade continua nas altas funcções do cargo de governador de Moçambique, porque temos no maior apreço o talento de S. Ex.^a e os seus conhecimentos das questões coloniaes.

Alem d'isso deve S. Thomé relevantes serviços a S. Ex.^a porque á sua boa vontade e energia se deve o ter sido iniciada a emigração de serviçaes da Africa Oriental.

Governador da Guiné

Foi nomeado governador da Guiné o capitão de infantaria, sr. Francelino Pimentel, actual governador do districto de Tete.

Ha muito, que este Centro tem empregado diligencias para alcançar o contractar na Guiné serviçaes para S. Thomé e para isso foi creada uma agencia em Bolama.

Até agora, porem, não tem sido possivel conseguir o estabelecer-se a emigração para S. Thomé.

Para este assumpto chamamos a attenção de S. Ex.^a, o novo governador, e oxalá elle possa conseguir alguma coisa.

CRISE POLITICA

Pedi a demissão o ministerio presidido pelo sr. conselheiro Campos Henriques e por isso deixou de ser ministro da marinha e Ultramar o sr. conselheiro Antonio Ferreira Cabral Paes do Amaral.

Agora que o sr. conselheiro Antonio Cabral já está demittido e que por isso não pode o que escrevemos, ser considerado lisonja ao ministro, praticamos um acto de justiça, dizendo que encontrámos sempre em s. ex.^a a melhor e mais decidida boa vontade em fazer tudo quanto lhe expuzemos como conveniente para os interesses de S. Thomé e que todas as reclamações do Centro Colonial foram tidas por s. ex.^a na maior consideração sendo tomadas immediatamente as providencias pelo Centro reclamadas.

Encarregado o sr. conselheiro Sebastião Telles de organizar novo governo, foram, no dia 12, publicados os decretos

de nomeação do novo ministerio, que ficou constituido pela seguinte fórma:

Presidencia e guerra—Conselheiro Sebastião Custodio de Sousa Telles.

Justiça—Conselheiro Conde de Castro e Solla.

Reino—Conselheiro Alexandre Ferreira Cabral Paes do Amaral.

Fazenda—Conselheiro João Soares Branco.

Marinha—Conselheiro João Antonio d'Azevedo Coutinho Fragoso de Siqueira.

Estrangeiros — D. João d'Alarcão Vellasques Sarmiento Osorio.

Obras publicas—D. Luiz Filippe de Castro.

Está, pois, ministro da marinha e ultramar um homem bem conhecido nas nossas colonias, e a quem não devem ser extranhas as questões que mais se ligam com os interesses particulares de cada uma das nossas provincias ultramarinas que elle quasi todas conhece por as ter percorrido como soldado e á sua valentia e denodo se deve a pacificação de algumas d'ellas.

João Coutinho é dos coloniaes, soldado *sans peur* e administrador *sans reproche*.

E' como administrador que a nós, que temos interesses nas colonias, nos merece a attenção.

Governador da Zambesia e depois da provincia de Moçambique, João Coutinho teve occasião de estudar e apreciar as questões que mais affectam aquella provincia e por isso deve ter a mais alta competencia para apreciar uma das mais graves questões que haverá a debater-se no parlamento, o tratado com Lourenço Marques, ha pouco realisado.

Pelo que diz respeito á questão, que mais interessa a S. Thomé, o contracto de serviçaes na Africa Oriental, como o sr. conselheiro João Coutinho foi governador não só da provincia de Moçambique, mas tambem do districto da Zambesia, deve ter toda a competencia e conhecimentos para resolver com toda a proficiencia quaesquer questões que se levantem ácerca d'este assumpto por fórma a salvaguardar os interesses das duas provincias.

Muito esperamos do seu talento, conhecimentos, energia e boa-vontade.

Cacáu em março

Existencia de cacáu nos armazens do porto de Lisboa:

Em 28 de fevereiro.....	113:362	saccos
Entradas em março.....	27:207	»
Sahidas em março.....	59:097	»
Existencia em 31 de março.....	81:472	»

Em 1908, a existencia em 28 de fevereiro era de 180:327 saccos e em 31 de março de 364:382.

MERCADOS ESTRANGEIROS

Os preços nos mercados estrangeiros tem-se mantido firmes, embora as transacções fossem limitadas por causa da proximidade das festas da Paschoa, com excepção da America do Norte, a qual fez compras avultadas, por causa do novo imposto de importação de 4 centavos sobre cada arratel de cacáu, que o governo tem em projecto.

Esta circumstancia levou os chocolateiros a antecipar as suas compras para evitar o pagamento do referido imposto.

PROVIDENCIAS

Alfandega de S. Thomé

Tem sido recebidas no Centro Colonial queixas contra a fórma como é feito o serviço na Alfandega de S. Thomé.

Dizem que, á chegada dos vapores, as mercadorias são tumultuaria e brutalmente amontoadas nos armazens, sem

distincção de generos nem de marcas, resultando d'isso só serem recebidas á medida que vão apparecendo, levando quinze e mais dias a ser recebido o rancho para qualquer roça sem contar com 25 0/0, pelo menos, de generos derramados e de vinho vertido.

Dizem que uma das causas d'este mau serviço é o andar parte do pessoal braçal da Alfandega em serviços particulares e emprestado á capitania do porto para guarnição dos seus escaleres. Como ha falta do pessoal da Alfandega permitem, apesar de ser prohibido, a entrada nos armazens ao braçal dos despachantes e, como estes procuram os volumes que pretendem, augmentam a confusão nos outros.

Dizem-nos mais que a demora na liquidação dos depachos é extraordinaria e que chega a levar mezes, e que não é possivel obter-se uma certidão.

Nós não queremos lançar a responsabilidade pessoalmente a ninguem, mas pedimos ao sr. Administrador da Alfandega a sua attenção para esse assumpto.

O Centro Colonial já deu conhecimento ao sr. Ministro da Marinha das queixas, que recebeu, pedindo-lhe providencias e tambem para separar os empregados da Alfandega de S. Thomé do quadro dos de Angola, o que será de certo um beneficio para o serviço.

Ao officio dirigido por este Centro ácerca do serviço da Alfandega, S. Ex.^a o Ministro da Marinha e Ultramar dignou-se responder-nos com o seguinte officio e consignamos aquí os nossos agradecimentos pela attenção que o nosso officio lhe mereceu e pelas providencias que se dignou tomar immediatamente.

Oxalá que o resultado corresponda aos bons desejos de S. Ex.^a o Ministro.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar.
— Direcção Geral do Ultramar — 2.^a Repartição.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em resposta ao officio de V. Ex.^a de 18 do corrente, encarrega-me o Ex.^{mo} Ministro dos Negocios da Marinha e Ultramar de communicar a V. Ex.^a que a questão da carga e descarga das mercadorias e sua conveniente armazenagem tem merecido e está merecendo a esta secretaria d'Estado toda a attenção.

Este assumpto tem sido desde 1907 seguido de perto, tendo-se dado instrucções repetidas ao governo da provincia de S. Thomé em ordem a regularisar o serviço de cargas e descargas por fórma a evitar novas e justificadas reclamações. N'este sentido, ainda em 3 do corrente se chamou particularmente a attenção do novo governador da provincia para a conveniencia de dar ordens positivas á alfandega para organizar devidamente tal serviço, pois havendo no orçamento inscripta a verba de 14:782\$500 réis para 90 trabalhadores, nenhuma rasão ha para attribuir á falta de pessoal as irregularidades accusadas.

Em vista da affirmação feita por V. Ex.^a de que alguns trabalhadores são desviados do serviço da alfandega para outros, na primeira mala se vae ordenar que tal pratica cesse, sendo inteiramente prohibido deslocar os trabalhadores da alfandega para serviços pub'licos ou particulares.

Com relação á construcção de novos armazens para a alfandega está n'isso empenhada esta secretaria d'Estado, mas tem encontrado difficuldades; pois na zona proxima da alfandega a escolha do local envolve expropriações, que os proprietarios valorisam demasiadamente, tornando difficil senão impossivel qualquer transacção a despeito de tal assumpto ser do maior alcance para o commercio local e merecendo por isso ser facilitado o mais possivel por parte dos interessados.

Deus guarde a V. Ex.^a

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar,
em 29 de março de 1909.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente da direcção do Centro Colonial.

O Director Geral

(a) *F. F. Dias da Costa*

Science and the Future of the World

The first part of the book discusses the history of science and its impact on society. It covers the scientific revolution, the Enlightenment, and the Industrial Revolution. The author argues that science has been the driving force of progress and that it will continue to shape the future of the world.

The second part of the book discusses the future of science and technology. It covers the development of artificial intelligence, nanotechnology, and space exploration. The author argues that these technologies will revolutionize the way we live and work, and that they will also pose significant challenges to society.

The third part of the book discusses the ethical implications of science and technology. It covers issues such as the use of genetic engineering, the development of autonomous weapons, and the potential for a global climate crisis. The author argues that we must take a proactive approach to these issues and that we must ensure that science and technology are used for the benefit of all.

The fourth part of the book discusses the role of science in education and in the workforce. It covers the importance of STEM education and the need for a workforce that is skilled in science and technology. The author argues that science and technology are essential for the future of the world and that we must invest in them accordingly.

The fifth part of the book discusses the future of the world and the role of science in it. It covers the potential for a global climate crisis, the impact of population growth, and the need for a sustainable future. The author argues that science and technology are essential for addressing these challenges and that we must work together to create a better future for all.

Actuaes socios do Centro Colonial

Adriano Julio Coelho
Alfredo Mendes da Silva
Alfredo da Silva
Antonio Elyseu Lacerda de Macedo
Banco Nacional Ultramarino
Carlos Augusto de Salles Ferreira
Companhia Agricola da Praia Grande
Companhia da Ilha do Principe
Companhia Real dos Caminhos de Ferro Atravez d'Africa
Companhia da Roça Ribeira Izé
Conde d'Almeida Araujo
Domingos Machado & Irmãos
Elyas Azancot
Empreza Nacional de Navegação
Francisco Mantero
Francisco Mendes Lopes
Henrique José Monteiro de Mendonça
Januario José da Silva
Joaquim de Ornellas e Mattos
José Ferreira do Amaral
José Mendes Leite
Lima & Gama
Luiz Gonçalves Santiago
Luiz Virgilio Teixeira
Marquez de Valle Flôr
Osorio & Hortas
Pedro Coelho Serra & C.^a
Salvador Levy
Silva Gouveia & C.^a
Sociedade Monte Forte



PEDIDO

Tem o Centro Colonial empregado todos os seus esforços para fazer resolver favoravelmente para S. Thomé e Príncipe todas as questões que interessam esta provincia.

Para tornar conhecidas dos interessados as soluções d'essas questões e para lhes dar conhecimento das noticias que mais ou menos possam affectar a producção e o commercio do cacáu e mais generos coloniaes, resolveu publicar este *Boletim*.

Não é, porem, com o limitado numero de 30 socios e com o producto das assignaturas do *Boletim* que o Centro Colonial pode continuar a existir e o *Boletim* a ser publicado.

Confiados na boa vontade dos que teem interesses na provincia de S. Thomé e Príncipe, interesses que este Centro Colonial sempre tem procurado defender, a *Direcção* pede-lhes que se inscrevam socios do Centro, que tantos serviços tem prestado e póde prestar.

Creiam que a união nos dará força e que o Centro Colonial não pode deixar de ser tomado sempre em grande consideração, se elle representar *toda* a maioria dos interessados em S. Thomé e Príncipe.

Os que quizerem ser admittidos ou readmittidos como socios, escrevam ao Centro Colonial a manifestar essa sua vontade e a indicar a sua residencia e onde, em Lisboa, se póde mandar proceder á cobrança das mensalidades.

